CÉSAR AUGUSTO LUIZ LEONARDO

A contumácia do autor

Tese de Doutorado

Orientador Prof. Titular Dr. KAZUO WATANABE

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Direito

São Paulo - SP

2018

CÉSAR AUGUSTO LUIZ LEONARDO

A contumácia do autor

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Prof. Dr. Kazuo Watanabe.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Direito
São Paulo - SP
2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Leonardo, César Augusto Luiz
A contumácia do autor / César Augusto Luiz Leonardo ; orientador Kazuo
Watanabe -- São Paulo, 2018.
269

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) -
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Contumácia. 2. Revelia. 3. Inatividade das partes no processo. 4. Efeitos
da contumácia. 5. Contumácia do autor. I. Watanabe, Kazuo, orient. II. Título.

Nome: LEONARDO, César Augusto Luiz.

Título: A contumácia do autor

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Prof. Titular Dr. Kazuo Watanabe.

Área de Concentração: Direito Processual

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

*Aos meus filhos Raquel e Felipe,
Melhor presente que Deus poderia me dar.*

AGRADECIMENTOS

Não deve existir vida mais triste do que aquela que não traz consigo um bom quinhão de gratidão. A gratidão pela vida, pelos dons, alegrias, amizades, caminhos e oportunidades, é pressuposto da verdadeira felicidade, pois qualquer conquista, por mais relevante que seja, só tem sentido se for partilhada com aqueles que estiveram juntos no trilhar da caminhada. Nessa altura da minha jornada, não me faltam motivos para agradecer a tantos que, de diferentes formas, tornaram possível chegar até aqui. Poderia facilmente preencher todas as linhas e folhas de toda uma tese para nominar a cada um e destacar motivos de gratidão, mas buscarei apresentar aqueles que mais diretamente contribuíram ao longo deste percurso, mesmo correndo o risco de esquecer-me de muitos que foram e que são muitos importantes em minha vida.

Antes e acima de tudo, sou grato a Deus, porque por sua infinita Graça e Misericórdia tem me abençoado a cada dia, com mais do que poderia imaginar; muito além do que um dia já pedi; infinitamente mais do que mereceria. Até aqui, é o Senhor quem tem me protegido, sustentado e capacitado. Toda a Honra e Glória sejam dadas ao nosso Senhor Jesus, porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas.

Ao grande amor da minha vida, aquela que escolhi para compartilhar minha vida e juntos construirmos nossos sonhos, pela sua parceria e cumplicidade, minha linda esposa Heloisa Lima Mendes Leonardo, que, junto com nossos filhos Raquel Mendes Leonardo e Felipe Mendes Leonardo, são a minha alegria, minha inspiração e minha razão de ser e viver. Helô, ter você ao meu lado, é o que me dá força para buscar sempre o meu melhor, porque, afinal, você é a minha melhor parte.

Minha eterna gratidão aos meus pais José César Leonardo e Fátima Cristina Luiz Leonardo, pelo exemplo que foram e que são para mim e meus irmãos, Guilherme Luiz Leonardo e Fábio Henrique Luiz Leonardo – esses a quem também registro a honra, o orgulho e a felicidade de tê-los como irmãos e amigos. Com vocês, aprendi valores e princípios inegociáveis, que carrego comigo e que me impulsionam a sempre buscar a excelência.

Ao meu querido orientador, prof. Kazuo Watanabe, pois ser seu aprendiz é motivo de indescritível honra e de muita responsabilidade, pelo excelência e seriedade que são marcas de caráter estampadas em sua carreira, pelo seu exemplo e por tudo o que representa para o processo civil brasileiro, sobretudo por tamanha dedicação em transformar conhecimento para a construção de uma Sociedade mais justa e solidária. A sua dedicação e

preocupação com o efetivo Acesso à Justiça é notável e impulsiona-nos a seguir na luta pela construção de um sistema jurídico mais justo. Além disso, registro sua prontidão e solicitude que sempre me foi dispensada durante a orientação.

Registro, também, uma palavra de gratidão pelos orientadores que tive o privilégio de ter ao longo da minha trajetória acadêmica: na graduação e na especialização em direito civil e processual civil na Toledo de Presidente Prudente, aqueles que foram responsáveis por despertar em minha a paixão pelo estudo do processo civil, pela maestria de suas aulas Prof. Dr. Silas Silva Santos e Prof. Dr. Paulo Eduardo D'Arce Pinheiro; no Largo São Francisco, tive a satisfação de ser orientado por duas grandes lendas do direito processual civil, processualistas que merecem todo o respeito e que muito me honram com a escolha de ter-me como orientando: Prof. Dr. José Rogério Cruz e Tucci e Prof. Dr. Kazuo Watanabe. Devo muito ao que aprendi com cada dos meus mestres: são verdadeiros gigantes cuja grandeza me permitiu enxergar mais longe do que conseguiria em minhas limitações.

Em nome desses professores, estendo a minha homenagem e gratidão para todos os mestres que marcaram a minha trajetória acadêmica, desde os bancos escolares até o presente momento, em especial aos professores do Largo São Francisco, com os quais tive o privilégio de aprender durante os anos em que cursei as disciplinas do mestrado e do doutorado, o que se revela como um grande sonho que se tornou realidade em vida de conviver e aprender com conhecer grandes processualistas desta respeitada Casa.

Especial agradecimento aos professores que participaram da banca de qualificação, Prof. Associado Dr. Antonio Carlos Marcato e Prof. Associado Dr. Heitor Vitor Mendonça Sica, por todas as considerações, orientações e apontamentos feitos na oportunidade, aos quais busquei atentar-me, refletir e integrar ao trabalho.

Não posso deixar de registrar nominalmente alguns dos professores do Largo São Francisco dos quais tive a oportunidade de ser aluno: Antonio Carlos Marcato, Cândido Rangel Dinamarco, Flávio Luiz Yarshell, Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró, Heitor Vitor Mendonça Sica, José Fernando Simão, José Roberto dos Santos Bedaque, José Rogério Cruz e Tucci, Marcelo José Magalhães Bonizzi, Paulo Henrique dos Santos Lucon, Susane Henriques da Costa, dentre outros, e todos os assistentes e auxiliares que pacientemente nos acompanharam, ajudaram e orientaram nas disciplinas e seminários.

Aos colegas, mestrandos e doutorandos, amigos que fiz quando dos créditos, pelo compartilhar do conhecimento, pela colaboração nos seminários e trabalhos e pela amizade que fica mesmo depois de concluída essa etapa acadêmica.

Agradeço aos colegas defensores públicos do Estado de São Paulo, que fazem da vida “a mais bela inspiração de viver” (nas palavras do Min. Ayres Britto), construindo – não sem lutas e desafios – pilares e alicerces para oferecer aos necessitados assistência jurídica integral e gratuita.

Dentre os colegas, não poderia deixar de distinguir, pela amizade e companheirismo, meus grandes e verdadeiros amigos Lucas Pampana Basoli e Bruno Bortolucci Baghim, que me acompanharam, incentivaram e encorajaram a seguir em frente, mesmo quando as forças já estavam se esvaindo. São amigos que se fazem verdadeiros irmãos.

Outros muitos amigos acompanharam de perto e, cada um à sua maneira, me serviram de suporte e fortaleza em momentos de lutas e dificuldades, e compartilham do prazer da amizade nos bons momentos. Eu só posso agradecer a Deus por ter colocado em meu caminho pessoas que me edificam e me fortalecem. Meus irmãos na fé e amigos fiéis: Samir Dancuart Omar, Márcio Augusto Santilli, Samuel Henrique Castanheira, Walmir Idalencio dos Santos Cruz, Edinaldo César dos Santos Jr. e Silas Silva Santos.

Ao Centro Universitário Eurípedes de Marília, à Reitoria, à Coordenação do Curso de Direito, aos colegas docentes e aos queridos alunos deste tradicional centro de ensino jurídico, onde encontro o prazer de lecionar e compartilhar os conhecimentos adquiridos nas aulas, estudos e pesquisas.

Enfim, registro a minha eterna gratidão a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, contribuíram ao longo desses anos de nessa jornada acadêmica, tão árdua como recompensadora.

Muito obrigado!

RESUMO

LEONARDO, César Augusto Luiz. *A contumácia do autor*. 2018. 268 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2018.

O presente trabalho cuida do tema *A contumácia do autor*, à luz do processo civil brasileiro, e tem por finalidade suscitar as hipóteses em que o autor poderia ser considerado contumaz (ou revel), em um processo que se instaurou por sua própria iniciativa, por meio de uma petição inicial que consubstancia o exercício do direito de ação. Verificou-se a necessidade de estudo e aprofundamento do tema, uma vez que na grande maioria da produção acadêmica sobre a inatividade das partes geralmente se limita ao estudo da falta de resposta do réu (revelia) e seus efeitos e, mesmo nesses pontos, algumas releituras devem ser feitas à luz das recentes modificações legislativas no processo civil. Poucos se dedicam ao tema em trabalhos monográficos, sobretudo com os olhos voltados à posição do autor contumaz, e o tratamento legislativo é insuficiente para sanar dúvidas e perplexidades encontradas na doutrina e na realidade forense. Assim, por meio de uma revisão bibliográfica e de pesquisa doutrinária, legislativa e jurisprudencial, no direito brasileiro atual e em perspectiva histórico-evolutiva, além de buscar referenciais também no direito estrangeiro, busca-se desenvolver a pesquisa para uma melhor compreensão do tema e a construção de soluções teóricas e práticas. Conclui-se que o tratamento legislativo, doutrinário e jurisprudencial ainda depende de um melhor enfrentamento das questões envolvendo a contumácia das partes, notadamente do autor, sendo necessário adequar as consequências da contumácia com valores e princípios reinantes no processo civil, tais como o tratamento isonômico entre as partes, a observância do contraditório e a primazia do julgamento do mérito, a fim de assegurar um acesso a uma ordem jurídica justa aos sujeitos do processo, sejam eles autores ou réus.

Palavras-chave: contumácia; revelia; inatividade; efeitos da inatividade das partes; isonomia entre autor e réu no processo civil; primazia da decisão de mérito.

ABSTRACT

LEONARDO, César Augusto Luiz. *The defaulting author*. 2018. 260 p. Thesis (Doctorate). Faculty of Law, University of São Paulo: São Paulo, 2018.

The present work is about the subject *The defaulting author* in Brazilian civil process Law, and has the purpose to enumerate the hypotheses in which the author could be considered defaulting, in a process that's began from on his own initiative, by offering a complaint which constitutes the exercise of the right of action. It was verified the need to study and deepening the subject, since in the great majority of the academic production on the subject of inactivity of the parties is usually limited to the study of the defendant's lack of response and its effects, and even on these points, some re-reading should be made looking at the recent legislative changes in the civil procedure Law. Few are dedicated to the subject in monographic works, especially focusing on the position of the defaulting author, and the legislative treatment is insufficient to cure doubts and perplexities found in doctrine and forensic reality. Thus, through a bibliographical and doctrinal review, legislative and jurisprudential research, in current Brazilian law and in a historical-evolutionary perspective, in addition to seeking references also in foreign law, we seek to develop research for a better understanding of the subject and the construction of theoretical and practical solutions. It is concluded that the legislative, doctrinal and jurisprudential treatment still depends on a better confrontation of the issues involving the parties' inability, in particular the author, and it is necessary to adapt the consequences of the default judgment with values and principles reigning in the civil process, such as the isonomic treatment to the parties, the observance of the adversary principle and the primacy of the judgment on merits, in order to ensure access to a fair legal order to the subjects on the proceedings, whether authors or defendants.

Keywords: default; default judgment; inactivity; effects of the parties' inactivity; isonomy between author and defendant in civil procedure; primacy of the judgment on merits.

RIASSUNTO

LEONARDO, César Augusto Luiz. La contumacia dell'attore. 2018. 260 p. Tesi (Dottorato). Facoltà di Giurisprudenza, Università di San Paolo: San Paolo, 2018.

Il presente lavoro si prende del soggetto *La contumacia dell'autore*, alla luce del processo civile brasiliano, e ha lo scopo di elencare le ipotesi in cui l'attore potrebbe essere considerato contumace, in un processo che ha installato dalla sua iniziativa, per mezzo di una domanda che costituisce l'esercizio del diritto di azione. È stato verificato il bisogno di studiare e approfondire il tema, poiché nella grande maggioranza della produzione accademica in materia, l'inattività delle parti è solitamente limitato allo studio della mancanza di risposta del convenuto e dei suoi effetti, e anche su questi punti, dovrebbe essere effettuata una rilettura alla luce delle recenti modifiche legislative nel Codice di Procedura Civile. Pochi sono dedicati al tema nelle opere monografiche, specialmente con gli occhi focalizzati sulla posizione dell'attore contumace, e il trattamento legislativo è insufficiente a curare i dubbi e le perplessità che si riscontrano nella dottrina e nella vita forense. Così, attraverso una revisione della letteratura e della ricerca dottrinale, legislativa e giurisprudenziale, della legge brasiliana attuale e della prospettiva storico-evolutiva, oltre a cercare riferimenti anche in diritto straniero, cerca di sviluppare la ricerca per una migliore comprensione del soggetto e la costruzione di soluzioni teoriche e pratiche. Concludiamo che il trattamento normativo, dottrinale e giurisprudenziale dipende ancora meglio affrontare le questioni che coinvolgono la contumacia delle parti, in particolare l'attore, essendo necessario regolare le conseguenze della contumacia con i valori e principi regnante nella procedura civile, come ad esempio la parità di trattamento tra le parti, il rispetto del contraddittorio e del primato del giudizio di merito nel processo, al fine di garantire l'accesso a un ordinamento giuridico giusto ai soggetti del processo, siano essi attori o convenuto.

Parole chiave: contumacia; contumacia del convenuto; inattività; effetti dell'inattività delle parti; uguaglianza tra attore e convenuto nel processo civile; primato del giudizio di merito.

ABREVIATURAS

CC/1916 – Código Civil de 1916

CC/2002 – Código Civil de 2002

CPC – Código de Processo Civil

CPC/1939 – Código de Processo Civil de 1939

CPC/1973 – Código de Processo Civil de 1973

CPC/2015 – Código de Processo Civil de 2015

CPC-IT – Codice di Procedura Civile Italiano

CPC-POR – Código de Processo Civil de Portugal

CPCCN - Código Procesal Civil y Comercial de la Nación

CRFB/1988 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

JEC – Juizado(s) Especial(is) Cível(is)

LEC – Ley de Enjuiciamiento Civil

Min. - Ministro

n.p. – não paginado

QO – Questão de Ordem

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

Rel. – Relator

REsp – Recurso Especial

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	8
RESUMO.....	12
ABSTRACT.....	14
RIASSUNTO.....	16
ABREVIATURAS.....	18
INTRODUÇÃO.....	24

CAPÍTULO 1

PREMISSAS PARA O ADEQUADO TRATAMENTO DO TEMA

1. Princípios constitucionais.....	28
2. Acesso à Justiça.....	29
3. Devido processo legal.....	34
4. Da isonomia entre as partes.....	36
4.1. Da (im)possibilidade de tratamento diverso entre autor e réu no processo civil de conhecimento.....	37
4.2. Da bipolaridade à despolarização da demanda.....	46
5. Do direito fundamental ao julgamento do mérito: princípios da sanabilidade e da primazia da decisão de mérito.....	50
6. O réu como destinatário da jurisdição e titular do direito à resposta de mérito.....	55
7. Princípio dispositivo e a ideologia subjacente ao processo.....	56
8. Os deveres do juiz na condução do processo.....	62

CAPÍTULO 2

CONTUMÁCIA E REVELIA

1. Noções introdutórias.....	66
2. Breve síntese histórica sobre a revelia e a contumácia.....	67
3. Das discussões terminológicas: <i>contumácia x revelia</i>.....	62
3.1. Terminologia <i>revelia</i> e <i>contumácia</i> no direito estrangeiro.....	73
3.2. Revelia do autor?.....	75
3.3. Do conceito de revelia.....	77
3.4. Do conceito de contumácia.....	85
4. Inatividade, contumácia e revelia: distinções e aproximações necessárias.....	89
5. Teorias da revelia e da contumácia.....	94
5.1. Visão crítica a respeito da teoria aplicável à contumácia no processo civil brasileiro: do comparecimento em juízo como ônus, e não como dever.....	96
5.2. Do dever de comparecimento à audiência de conciliação ou mediação.....	102
6. Efeitos da revelia.....	105
6.1. Sistema da <i>ficta confessio</i> , presunção de veracidade e inversão da prova.....	106
6.2. <i>Ficta confessio</i> mitigada e exceções ao efeito da ‘presunção de veracidade’	101
6.3. Nossa posição: a preclusão ao oferecimento de resposta como único efeito decorrente da revelia.....	115
6.4. Da desnecessidade de prova de fatos incontroversos: efeito da falta de impugnação e não propriamente da revelia.....	116
6.5. Da desnecessidade de intimação do revel: efeito da falta de representação processual.....	117
6.6. Do julgamento antecipado do mérito: efeito da desnecessidade de fase instrutória.....	120
7. Efeitos da contumácia.....	111
8. Conclusões parciais.....	124

CAPÍTULO 3

A CONTUMÁCIA DO AUTOR

1. Hipóteses de contumácia do autor.....	128
2. Desistência.....	130
2.1. Desistência da impugnação recursal.....	139
3. Abandono do processo pelo autor.....	141
3.1. Perempção como decorrência da reiteração contumacial do autor.....	150
4. O abandono bilateral: a paralização do processo por negligência de ambas as partes	153
5. Desistência indireta.....	155
6. Ausência de pressupostos processuais.....	158
6.1. Ausência de capacidade de ser parte.....	159
6.2. Ausência de capacidade processual.....	163
6.3. Ausência de Capacidade postulatória.....	165
6.4. Ausência de poder de representação (instrumento de mandato).....	166
7. Litisconsórcio.....	171
7.1. Litisconsórcio ativo necessário.....	174
7.2. Participação de pessoas casadas no processo civil.....	181
8. Reconvenção.....	185
9. Ausência de réplica.....	192
10. Intervenção de terceiros.....	196
10.1. Assistência simples.....	197
10.2. Assistência litisconsorcial.....	200
10.3. Denúnciação da lide.....	201
11. Correção da legitimidade no polo passivo.....	203
12. Substituição processual.....	205

13. Mandado de Segurança.....	207
14. Juizados Especiais Cíveis.....	207
15. Outras hipóteses.....	212

CAPÍTULO 4

EFEITOS DA CONTUMÁCIA DO AUTOR

1. Noções gerais.....	216
2. Da extinção do processo sem resolução do mérito.....	217
2.1. Da extinção da demanda do autor.....	219
2.2. Da perempção.....	222
2.3. Da extinção do recurso.....	223
2.4. Dos efeitos da extinção do processo sem resolução do mérito.....	223
3. Do seguimento do feito diante da ausência do autor.....	226
4. Da desnecessidade de intimação dos atos processuais.....	229
5. Da incontrovérsia das alegações do réu e dispensa da prova.....	231
6. Ativismo judicial e suprimimento de irregularidades formais.....	233
7. Nomeação de curador especial ao autor.....	234
8. Limites subjetivos da eficácia da decisão e da coisa julgada.....	236
9. Limites objetivos da coisa julgada: questões incidentais.....	239
10. Sucumbência.....	243
11. Outros efeitos específicos de alguns procedimentos.....	245
12. Fim da contumácia.....	247
CONCLUSÃO.....	250
REFERÊNCIAS.....	256

INTRODUÇÃO

No processo civil brasileiro, poucos estudiosos se dedicaram a um estudo monográfico amplo e sistemático envolvendo a inatividade das partes; via de regra, aqueles que escreveram sobre a temática, acabaram enfocando um conceito mais restrito de *revelia*, sempre ligado à figura do demandado, mas pouco se escreve e se estuda a respeito da contumácia do autor do processo, conquanto a vida prática forense por vezes nos demonstre que não só é uma realidade, como revela a inexistência ou insuficiência do tratamento da questão por parte do legislador.

Inicialmente, portanto, o tema nos convida à reflexão justamente para ressaltar a existência de um problema mal resolvido pelo Direito pátrio, de modo que se faz salutar apresentar uma abordagem com o foco na figura do autor do processo civil, nas hipóteses em que ele pode ser considerado contumaz e, ainda, nos efeitos que tais condutas omissivas acarretam ao processo.

Mas, não é só, pois recentes mudanças e transformações que o direito processual civil brasileiro sofreu, sobretudo com o advento do Código de Processo Civil de 2015 (Lei n. 13.105/2015) igualmente nos desafia a revisitar o tema e todas as suas imbricações, a fim de verificar se as construções doutrinárias e jurisprudenciais encontradas ainda se mostram coerentes com a atual sistemática processual civil, sempre tendo como norte e diretriz o sistema de valores, princípios e garantias fundamentais que formam o alicerce do *Direito Processual Civil Constitucional*.

Para tanto, cuidaremos *a priori* de trazer as noções propedêuticas e premissas axiológicas e conceituais para o adequado enfrentamento do tema nos quadrantes adequados. Analisaremos os princípios constitucionais mais relevantes e diretamente atrelados ao objeto do estudo. Em especial, verificaremos a atual concepção e conteúdo do direito de Acesso à Justiça, do devido processo legal e da isonomia entre as partes. Será analisado de forma crítica o tratamento diverso para as partes tendo como *discrímen* as posições ocupadas pelos litigantes, a fim de se verificar se é possível (ou não) em alguma dimensão estabelecer-se tratamento diverso para com o autor e o réu do processo – e, caso se admita alguma forma de tratamento diverso, buscar por parâmetros que permitam estabelecer limites desse tratamento díspare. Depois de firmados esses valores essenciais, o princípio da dualidade (ou bilateralidade) do processo será contrastado com as mais recentes construções de *despolarização* da demanda.

Algumas outras noções ainda serão apresentadas à guisa de introdução, como por exemplo o direito fundamental à decisão de mérito (o princípio da primazia da decisão de mérito e o princípio da sanabilidade) destacando a sua aplicabilidade para a demanda proposta pelo réu. O papel do juiz no processo (principalmente o seu poder-dever de sanar eventuais irregularidades que impeçam o julgamento do mérito) demandará uma breve análise sobre a ideologia do processo e o alcance do princípio dispositivo.

O segundo capítulo se ocupará do tema contumácia e revelia, cuidando de analisar – de maneira breve e adstrita aos pontos essenciais – a contumácia em uma perspectiva histórico-evolutiva, passando também pelas discussões terminológicas (e etimológicas) sobre os termos *contumácia* e *revelia*. Buscar-se-á verificar os conceitos e os efeitos decorrentes desses fenômenos ligados à inatividade das partes, em suas aproximações e distinções.

Feitas as distinções conceituais e terminológicas, no terceiro capítulo a missão será elencar uma série de hipóteses nas quais possa se vislumbrar (ao menos potencialmente) uma conduta omissiva do autor capaz de configurar a sua contumácia. Algumas peculiaridades ganharão destaque na medida em que apresentem alguma particularidade que exija uma análise em apartado, como no caso da desistência e do abandono da ação, da ausência de pressupostos processuais, da pluralidade subjetiva (tanto pelo litisconsórcio e pelas figuras da intervenção e terceiros), da falta de manifestação quanto à demanda proposta pelo réu (em réplica ou resposta à reconvenção), dentre outros fenômenos que serão oportunamente abordados. As características da contumácia no mandado de segurança e nos Juizados Especiais Cíveis também será objeto de análise apartada.

Finalmente, no derradeiro capítulo, buscaremos dar tratamento sistematizado, lógico e coerente ao plano da eficácia da contumácia autoral, ou seja, perquiriremos quais são os efeitos que decorrem da omissão do sujeito que ocupa o polo ativo da ação.

O recorte metodológico buscado do tema foi enfocar a contumácia do autor no plano do processo individual de conhecimento, excluindo-se conscientemente o tratamento da contumácia no processo executivo, bem como do processo coletivo, uma vez que tais apresentam uma lógica e sistemática própria que demandariam um aprofundamento em tantas outras premissas, conceitos e regras, que acabariam por extrapolar em demasia o objeto do presente trabalho. Pelos mesmos motivos, não será objeto de investigação como se dá o fenômeno da contumácia do autor no processo do trabalho, dada a especificidade e a peculiaridade do processo trabalhista.

A pesquisa será baseada em revisão da literatura a respeito do tema à luz das ideias que começam a despontar logo no início da vigência do novo Código de Processo Civil, cotejando com as construções doutrinárias e jurisprudenciais já edificadas à luz de sistemas jurídicos anteriores, além de buscar também referências no direito estrangeiro para uma melhor compreensão das diferenças entre estes e o sistema jurídico brasileiro, o que pode iluminar-nos nas críticas existentes ao nosso sistema e igualmente no encalço por soluções aos impasses gerados.

A contribuição que se busca oferecer com a presente tese é apresentar um estudo com um recorte autêntico e distinto da abordagem costumeira, voltando os olhos ao fenômeno pouco explorado e muitas vezes desconhecido ou ignorado: a contumácia do autor. Desta forma, reconhecendo a existência de questões importantes a serem tratadas pelo Direito diante da inatividade do autor, pois não nos satisfaz a afirmação pura e simples de que a inércia do autor gera a extinção do processo, uma vez que tal assertiva não é suficiente para resolver todos os impasses e questões intrincadas que podem resultar da inatividade autoral.

Assim, além de chamar a atenção para a importância do estudo desta realidade processual, buscaremos apresentar um levantamento de algumas situações potencialmente ensejadoras da contumácia do autor (sem se adstringir às mais óbvias e evidentes) e investigar quais os efeitos que tal contumácia acarreta ao processo, procurando encontrar uma lógica e uma coerência que nos permita uma sistematização dessas hipóteses e efeitos.

Paralelamente, ao mesmo tempo em que focamos o objeto do estudo, não nos furtaremos ao desafio de apresentar uma análise crítica e propositiva para a releitura dos institutos jurídicos correlatos, tais como a revelia (e seus efeitos) e as formas de resposta do réu, sempre buscando dar maior aplicabilidade aos princípios e garantias constitucionais.

CONCLUSÃO

A posição do *autor contumaz* traz inúmeras situações em que o Direito (pela Legislação, a doutrina e a jurisprudência) não apresenta soluções claras e seguras. Tal constatação ao mesmo tempo em que nos gera incertezas e oferece um terreno árduo e espinhoso em alguns momentos, convida-nos ao estudo, à reflexão e à construção de soluções que sejam teoricamente coerentes com o sistema jurídico e aplicáveis na vida prática, resolvendo impasses e perplexidades que surgem diante de tais situações, com as quais nos deparamos em doutrina e na *praxis* forense.

Desde o início, procuramos estabelecer algumas premissas básicas com as quais buscamos manter coerência ao longo de todo o enfrentamento do tema, sempre zelando por não perder de vista a garantia de Acesso à Justiça, pela sua posição essencial e central no sistema de garantias constitucionais, bem como o respeito e a observância ao princípio do devido processo legal (e todas as demais garantias que ele traz consigo a reboque), assim como o princípio do contraditório e sua moderna concepção. A preocupação de que o processo civil seja isonômico e ofereça às partes tratamento igualitário no que diz respeito à paridade de armas também decorre de imperativos Constitucionais e da própria concepção de Justiça – de forma até anterior e mais fundamental do que a própria hierarquia normativa constitucional.

Ademais, além dos princípios expressos na Constituição, norteou-nos sempre a busca pela eficiência do processo civil como instrumento da jurisdição a fim de que se alcancem os seus escopos. Por isso, o princípio da primazia da decisão de mérito faz com que o julgamento do mérito passe a ser visto como verdadeira garantia fundamental assegurada às partes, em condições de igualdade.

Outro valor inegociável firmado desde a gênese do trabalho e que se refletiu ao longo de todo o seu desenvolvimento, foi destacar a igualdade de *status* de dignidade da posição ocupada pelo autor e pelo réu, sobretudo no processo civil de conhecimento. Eventualmente, para uma melhor compreensão do contexto em que tais afirmativas se encontram, é imprescindível despir-se de preconceitos para com a figura do demandado, lembrando que ele também é destinatário da tutela jurisdicional e, ao final do processo, pode ser que se conclua ser ele portador da razão diante da *crise* instaurada.

Após firmadas as premissas básicas e elementares para a compreensão do tema, deparamo-nos com longas discussões a respeito da terminologia adequada, da existência ou

não de distinção entre os vocábulos contumácia e revelia (dentre outras questões linguísticas e de linguagem técnico-jurídica processual), razão pela qual foi-nos necessário utilizar de metodologia histórico-evolutiva, ainda que de maneira breve, para ao menos entender as origens do instituto e das expressões estudadas. Em complemento, também voltamos os olhos ao direito estrangeiro, buscando conhecer o tratamento desses temas em outras realidades e contextos.

Diante desta análise, concluímos que, apesar de inexistir diferença substancial entre o significado das expressões contumácia e revelia (o que fez com que muitos autores tratassem ambas como sinônimas e fungíveis), as legislações vigentes no Brasil por mais de sete décadas sempre atrelaram a revelia à figura do réu, à falta de defesa ou de contestação. Assim, pareceu-nos mais coerente trazer como um grande gênero da conduta omissiva das partes a expressão *inatividade das partes*. Essa *inatividade* pode ter diversos contextos e consequências; pode ser uma omissão voluntária e negocial (como um silêncio eloquente em que se manifesta a vontade pela omissão), como pode ser um ato-fato jurídico, que podem gerar diferentes consequências para o processo, como a preclusão (perda da faculdade de um ônus processual), a infringência de um dever processual (e imposição de sanção), a extinção da demanda proposta por aquele que se omitiu etc.

Por abarcar uma infinidade de possibilidades, sugere-se um conceito um pouco mais restrito da expressão *contumácia*, para abarcar as hipóteses em que a inatividade da parte seja caracterizada pela omissão quanto às condutas de apresentação de demanda e de resposta às demandas havidas contra si, bem como daquelas condutas cuja omissão impeça a apreciação do mérito de sua demanda. Diversas condutas se enquadram nesse conceito de contumácia, tanto por parte do autor, como pelo réu.

Se a contribuição almejada na concepção do projeto de pesquisa era um estudo sistêmico acerca da contumácia do autor no processo civil de conhecimento e das consequências desse comportamento contumacial para o processo, para que chegássemos a tal ponto, foi-nos necessário revisitar temas e institutos clássicos do direito processual civil, mas agora à luz de uma nova legislação, o que cobrou-nos reflexões e propostas a respeito dos conceitos e regras concebidos, pois imprescindíveis para a melhor compreensão de fenômenos processuais como a contumácia, a revelia (e seus efeitos) e a reconvenção.

Buscamos, assim, conceituar o instituto da revelia, até mesmo para possibilitar distingui-la das demais hipóteses de contumácia do demandado e perquirir em quais hipóteses eventualmente caberia alguma consequência para com o autor desta concepção.

Analisando inúmeras construções e conceitos, fomos convencidos de que o conceito mais adequado à luz da acepção do termo e de sua origem histórica, além de considerarmos a realidade jurídica brasileira, é o que reconhece a revelia como a *ausência de resposta em tempo e modo adequado*. Revel é o que não apresenta resposta da forma correta e no momento oportuno. *A contrario sensu*, não é revel aquele que responde, seja essa *resposta* uma contestação ou não, tenha natureza defensiva ou não.

Deste conceito, concluímos que o único efeito propriamente decorrente da revelia é a preclusão do direito de responder – com a ressalva de que algumas alegações podem ser feitas a qualquer momento (exceção que confirma a regra). Os demais efeitos que, de acordo com a legislação e que vêm sendo reproduzidos por grandes processualistas, decorreriam da revelia, na verdade são consequências de outros fatores, tais como a ausência de impugnação (incontrovérsia, que gera a dispensa da prova), a falta de representação adequada no processo (que dispensa a intimação dos atos processuais) e a desnecessidade de dilação probatória (que permite o julgamento antecipado do mérito).

Essas conclusões são relevantes e fundamentais para a nossa tese, porque uma vez desatreladas essas consequências da *revelia*, destrelam-se também esses efeitos da figura do *demandado*, permitindo-nos trabalhar as consequências de uma conduta omissa do autor a luz dessas mesmas premissas, pois por imperativo de isonomia, ao autor também devem ser impostos ônus correspectivos àqueles que oneram o réu.

A partir daí, a tarefa constituiu em levantar hipóteses em que o autor poderia ser considerado contumaz, sem que com isso se tivesse a pretensão de exaurir todas as situações possíveis, mas que fossem suficientes para traçar alguns fios-condutores da contumácia autoral que nos permitisse analisar os efeitos desse comportamento nas mais diversas situações.

Em linhas gerais, notamos a necessidade de separar as situações em que há conduta do autor expressa (*desistência*) – que a princípio não se classifica como contumácia, mas seu desdobramento pode vir a gerá-la –, tácita (abandono), bem como naquelas em que se busca a desistência por via oblíqua (desistência indireta). Outros vícios que impeçam a análise de sua demanda também são potencialmente ensejadores da contumácia.

Foi necessário também tratar das situações de complexidade subjetiva (em razão de litisconsórcio e intervenção de terceiros) de forma apartada em razão das peculiaridades que decorrem desta existência de múltiplos interessados, buscando revisitar as discussões envolvendo o litisconsórcio unitário facultativo e o litisconsórcio necessário ativo, por apresentarem relação direta com o tema em estudo.

A situação de falta de manifestação do autor a respeito das alegações do demandado, seja por meio de defesas indiretas ou pelo acréscimo de demandas oriundas da postulação feita pelo sujeito passivo, também gera a preclusão da oportunidade de contrariá-las, tornando-as incontrovertidas.

Como principais efeitos da contumácia do autor, temos a possibilidade de extinção da demanda do autor sem resolução do mérito, o que também pode ensejar a extinção do próprio processo, embora nem sempre o faça. A depender do fundamento da extinção, em caso de reiteração, é possível que se opere a perempção, mas somente no caso de a extinção decorrer de abandono do autor.

Nos casos em que a demanda do autor seja prejudicada, é possível que o processo siga para a apreciação da demanda formulada pelo réu, indiferente se essa demanda se trata de uma reconvenção, de um pedido contraposto ou de um pedido de tutela jurisdicional declaratória negativa do direito ou dos fatos sustentados pelo autor. A autonomia das demandas deve ser aplicada para toda e qualquer demanda do réu, independente de maiores formalidades, a fim de se buscar a satisfação dos escopos da jurisdição.

A ausência de manifestação do autor às alegações do réu que não tenham sido contrariadas pelas demais manifestações autorais (aqui incluídas também as manifestações na própria petição inicial, em outros momentos processuais ou mesmo nas alegações de algum litisconsorte) devem ser tidas por incontrovertidas e, como tais, independem de prova.

Diante dos postulados da sanabilidade e da primazia da decisão de mérito, incumbe ao Magistrado sempre que possível atuar para suprir eventuais irregularidades formais que impeçam o regular desenvolvimento do processo e o julgamento do mérito, inclusive por meio de nomeação de curador especial ao autor, quando for o caso.

A coisa julgada deve se adstringir aos sujeitos que participaram do procedimento em contraditório ou que, ao menos, tiveram a chance de fazê-lo e não o fizeram; o pressuposto básico para que se afigure a oportunidade de exercício do contraditório é a *informação*, que, por regra, se materializa na citação. Assim, a coisa julgada só pode ser transportada a terceiros para beneficiá-los, nunca para prejudica-los.

A contumácia do autor pode impedir a ampliação da coisa julgada para as questões prejudiciais sempre que em razão desta contumácia não for observado o contraditório pleno e efetivo. Por vezes, a depender do momento em que a contumácia for observada, será plenamente possível a ampliação objetiva para essas questões incidentais, desde que observados os demais requisitos legais para tanto.

A contumácia, como uma omissão praticada pelo autor, deixa de existir quando este volta a praticar atos processuais e participar ativamente do contraditório. Entretanto, é possível que existam consequências e efeitos que sejam inalteráveis pelo retorno do autor ao processo, uma vez que ele receberá o processo da forma como se encontrar, observando-se todas as preclusões já operadas.

Essas e outras hipóteses e efeitos tratados no decorrer do trabalho demonstram que o tema merece maior atenção e cuidado no Direito brasileiro.

Espera-se, desta forma, contribuir para uma melhor compreensão do fenômeno processual da contumácia do autor e de seus efeitos, buscando uma aplicação justa e equilibrada do processo civil em prol de qualquer de seus sujeitos, sejam autores ou réus; assíduos participantes ou contumazes. A todos os que necessitem, *fiat justitia*.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cleber Francisco. *A estruturação dos serviços de assistência nos Estados Unidos, na França e no Brasil e sua contribuição para garantir a igualdade de todos no acesso à Justiça*. 2006. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ALVIM, Arruda; BARBOSA MOREIRA, José Carlos. PELUSO, Antônio César. A revelia e a ação declaratória incidental. In: *Revista de Processo*, São Paulo: RT, v. 10, abr.-jun. 1978.

ALVIM, Thereza. Comentários aos arts. 343 a 349, do CPC/2015. In: ALVIM, Angélica Arruda *et al* (coord.). *Comentários ao Código de Processo Civil: Lei n. 13.105/2015*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ANDRIOLI, Virgilio. Presunzioni (diritto civile e diritto processuale civile). *Novissimo Digesto Italiano*. v. XIII. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1959.

ARAÚJO, Luciano Vianna. Pressupostos Processuais. In: ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz (org.). *40 anos da teoria geral do processo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Malheiros, 2013.

ARGENTINA. *Código procesal civil y comercial de la Nación*. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/16547/texact.htm>. Acesso em: 26.12.2017

ASSIS, Araken de. Restituição tardia dos autos e revelia. In: *Revista de Processo*, São Paulo: RT, n. 101, jan.-mar./2001.

_____. Substituição processual. In: DIDIER JR., Fredie (org.). *Leituras complementares de processo civil*. 6ª ed. Salvador: Juspodivm, 2008

_____. Suprimento da incapacidade processual e da incapacidade postulatória. In: *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*, 8/138, nov.-dez. 2000. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDC_07_140.pdf. Acesso em: 20 out. 2017.

AZEVEDO, Luiz Carlos de. *O direito de ser citado*. São Paulo: Fieo, 1980.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. A eficácia preclusiva da coisa julgada material. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arrua Alvim. *Doutrinas essenciais: processo civil*. v. 6. São Paulo: RT, 2011, p. 707-722

_____. Aspectos da ‘extinção do processo’ conforme o art. 329 CPC. In: _____. *Temas de direito processual*. 5ª série. São Paulo: Saraiva, 1994

_____. El neoprivatismo en el proceso civil. In: MONTERO AROCA, Juan. *Proceso civil e ideología*. V: Tirant to Blanch, 2006

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *O novo processo civil brasileiro*. 29 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

_____. Resposta do réu no sistema do Código de Processo Civil. In: *Revista de Processo*, v. 2, p. 249 – 262, abr-jun 1976.

_____. Sobre a multiplicidade de perspectivas no estudo do processo. In: _____. Temas de direito processual. 4ª série. São Paulo: Saraiva, 1989.

_____. Sobre a ‘participação’ do juiz no processo civil. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo. *Participação e processo*. São Paulo: RT, 1988, p. 380-394.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo: influência do direito material sobre o processo*. 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. *Efetividade do processo e técnica processual*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. Os elementos objetivos da demanda à luz do contraditório. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério; BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Causa de pedir e pedido no processo civil: questões polêmicas*. São Paulo: RT, 2002.

_____. *Poderes instrutórios do Juiz*. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. Notas aos artigos 319 e 320. In: MARCATO, Antonio Carlos (coord.). *Código de Processo Civil interpretado*. São Paulo: Atlas, 2004.

BECKER, Paulo Felipe. A contumácia do autor. In: *Revista da AJURIS*, n. 59, nov. 1993. Disponível em: <http://livepublish.iob.com.br/ntzajuris/lpext.dll/Infobase/5501b/55939/55c10?f=templates&fn=document-frame.htm&2.0>. Acesso em: 02.01.2018.

BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. *Reconvenção no processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2009.

BOTELHO DE MESQUITA, José Ignacio. *Coisa julgada*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

BOZZO, Guilherme Tambarussi. Inatividade das partes no processo civil brasileiro: análise dogmática à luz da isonomia entre os litigantes. Dissertação [mestrado]. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRANDI, Pietro. Contumacia (dir. proc. civ.). *Enciclopedia del diritto*. v. X. Varese: Giuffrè, 1962.

BRESOLIN, Umberto Bara. *Revelia e seus efeitos*. São Paulo: Atlas, 2006.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil*. v. 1. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BUENO, Cassio Scarpinella. O “modelo constitucional do direito processual civil”: um paradigma necessário de estudo do direito processual civil e algumas de suas aplicações. Disponível em: <http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1222960746174218181901.pdf>. Acesso em 01 ago. 2017.

_____. *Partes e terceiros no processo civil brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. *Projetos de novo Código de Processo Civil: comparados e anotados*. São Paulo: Saraiva, 2014

BÜLLOW, Oskar Von. *La teoria de las excepciones procesales y los presupuestos procesales*. Buenos Aires: EJE, 1964.

BUZUID, Alfredo. Do julgamento conforme o estado do processo. In: _____. *Estudos e pareceres de direito processual civil*. São Paulo: RT, 2002.

_____. Processo e verdade no direito brasileiro. In: *Revista de Processo*, São Paulo: RT, v. 47, p. 92-99, jul.-set. 1987

CABRAL, Antonio do Passo. Despolarização do processo e ‘zonas de interesse’: sobre a migração entre polos da demanda. In: ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz (org.). *40 anos da teoria geral do processo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Malheiros, 2013.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao Código de Processo Civil*. v. III. 8ª ed. Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Da revelia do demandado*. Salvador: Progresso, 1960.

CÂMARA, Alexandre Freitas. O princípio da primazia da resolução do mérito e o Novo Código de Processo civil. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2015/10/07/o-principio-da-primazia-da-resolucao-do-merito-e-o-novo-codigo-de-processo-civil/>. Acesso em 02 jul. 2016.

CANARIO, Pedro. Ministro Gilmar Mendes proíbe condução coercitiva de investigados em todo o país. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-dez-19/conducao-coercitiva-investigados-inconstitucional-decide-gilmar>. Acesso em 29 dez. 2017.

CAPPELLETTI, Mauro (org.). *Access to Justice and the Welfare State*. Anphen aan den Rijn: Sijthoff, 1981.

_____; GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Sérgio Fabris: Porto Alegre, 1988.

_____; GORDLEY, James; JOHNSON, Earl. *Toward equal Justice: a comparative study of legal aid in modern societies*. Milan: Giuffrè, 1975.

_____. *Processo, ideologias e sociedade*. v. 1. Trad. Elício de Cresci Sobrinho. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.

CAPPELLETTI, Mauro. *Processo, ideologias e sociedade*. v. 2. Trad. Elício de Cresci Sobrinho. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.

CARBONARI, Otello G. Contumacia (procedimento in). *Enciclopedia giuridica*. Roma: Treccani, 2007.

CARREIRA ALVIM, José Eduardo. *Teoria geral do processo*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CARVALHO, Milton Paulo de. Efeitos da revelia: exame comparativo do assunto nas legislações processuais civis alemã, italiana, portuguesa e brasileira. In: *Revista de Processo*, v. 69, p. 21-30, jan.-mar. 1993.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. Abanono de causa do novo Código de Processo Civil. In: *Revista Forense*. Rio de Janeiro: Forense, ano 72, v. 254, abr.-mai. 1976, p. 171-175.

CINTRA, Lia Carolina Batista. *Intervenção de terceiro por ordem do juiz: a intervenção iussu iudicis no processo civil*. São Paulo: RT, 2017.

CHARNIÈRE. Linternaute Dictionnaire. Disponível em: <http://www.linternaute.com/dictionnaire/fr/definition/charniere/>. Acesso em 18.11.2015.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. *Teoria e prática dos juizados especiais cíveis*. 6ª ed. São Paulo: 2003.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Principii di diritto processuale civile*. Napoli: Jovene, 1965.

COMOGLIO, Luigi Paolo. Acesso alle corti e garanzie costituzionali, In: YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanóide de (Org.). *Estudos em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: DPJ, 2005, p. 259-280.

COMOGLIO, Luigi Paolo; FERRI, Corrado; TARUFFO, Michele. *Lezioni sul processo civile: il processo ordinario di cognizione*. v. I. Bologna: il Mulino, 2011,

CONTUMACY. English Oxford Living Dictionaries. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/contumacy>. Acesso em 01.12.2017.

CORTESE, Ennio. Contumacia (dir. rom.). In: *Enciclopedia del diritto*. v. X. Varese: Giuffrè, 1962.

COSTA, Aldo de Campos. O 'silêncio eloquente' na jurisprudência do Supremo. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-nov-21/toda-prova-silencio-eloquente-jurisprudencia-supremo>. Acesso em 25.12.2017.

COSTA, Carlos Coqueijo. *Revelia: no C.P.C. e na C.L.T*. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas, 1975.

COSTA, Eduardo José da Fonseca. Comentários aos artigos 485 a 501, do CPC/2015. In: ALVIM, Angélica Arruda *et al* (coord.). *Comentários ao Código de Processo Civil: Lei n. 13.105/2015*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CORDEIRO, Felipe Moutinho. Revelia como efeito da contumácia. In: *Em Tempo*, v. 11, Marília, Univem, 2012, p. 152-178. Disponível em: revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/338/300. Acesso em: 20.11.2017.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. *A causa petendi no processo civil*. 3ª ed. São Paulo: RT, 2009.

_____. Coisa julgada em mandado de segurança: subsídios para a interpretação dos limites. *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, v. 66, mai./jun. 2015. Disponível em: www.magisteronline.com.br. Acesso em: 03.11.2017

_____. *Desistência da ação: doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Saraiva, 1988.

_____. Garantias constitucionais da publicidade dos atos processuais e da motivação das decisões no Projeto do CPC. In: *Revista do Advogado da AASP*, ano XXXII, n. 117, out. 2012, p. 116-123.

_____. *Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada civil*. São Paulo: RT, 2006.

CRUZ E TUCCI, José Rogério; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de história do processo civil romano*. São Paulo: RT, 2001.

DAMASKA, Mirjan. *The faces of justice and state authority*. New Haven/London: Yale University Press, 1986.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. ONU, 1948. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 15.11.2017.

DEFAULT. Cambridge Dictionary. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/default>. Acesso em: 01.12.2017

DELGADO, Mário Luiz. Data exata da entrada em vigor do novo CPC gera dúvidas. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-fev-18/mario-delgado-data-entrada-vigor-cpc-gera-duvidas>. Acesso em 24.12.2017.

DELLORE, Luiz. Comentários aos artigos 502 a 508. In: In: ALVIM, Angélica Arruda *et al* (coord.). *Comentários ao Código de Processo Civil: Lei n. 13.105/2015*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. Novo capítulo da jurisprudência defensiva no STJ. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/dellore/2012/07/17/novo-capitulo-da-jurisprudencia-defensiva-no-stj/>. Acesso em: 19.06.2015.

DEMARCHI, Juliana. Ações dúplices, pedido contraposto e reconvenção. In: DIDIER JR., Fredie. *Leituras complementares de processo civil*. 6ª ed. Salvador: Juspodivm, 2008.

DIDIER JR., Fredie. A participação das pessoas casadas no processo. In: *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, v. 08 – set./out. 2005. Disponível em: www.magisteronline.com.br. Acesso em: 10.11.2016

_____. *Curso de direito processual civil*, v. 1. 19ª ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

_____. Litisconsórcio necessário ativo (?). Disponível em: <http://www.frediedidier.com.br/wp-content/uploads/2012/02/litisconsorcio-necessario-ativo.pdf>. Acesso em 07.07.2016.

_____. Litisconsórcio unitário e litisconsórcio necessário. *Revista de Processo*. v. 208, p. 407-422, jun. 2012.

_____. *Fundamentos do princípio da cooperação no direito processual civil português*. Coimbra: Wolters Kluwer Portugal, 2010.

_____. *Pressupostos processuais e condições da ação: o juízo de admissibilidade do processo*. São Paulo: Saraiva, 2005

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 13ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

_____. Causa de pedir e ônus de afirmar. In: _____. *Fundamentos do processo civil moderno*. v. II. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002

_____. Fundamentos e alcance do efeito da revelia. In: _____. *Fundamentos do processo civil moderno*. v. II. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. *Litisconsórcio*. 8ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. *Instituições de direito processual civil*. v. II, 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. *Instituições de direito processual civil*. v. III, 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. *Instituições de direito processual civil*. v. III, 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. O ônus de contestar e o efeito da revelia. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Doutrinas essenciais: processo civil*. v. 3, p. 943-959, São Paulo: RT, 2011.

_____. O princípio do contraditório e sua dupla destinação. In: _____. *Fundamentos do processo civil moderno*. v. 1. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. Relendo princípios e renunciando a dogmas. In: _____. *Nova era do processo civil*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

DINAMARCO, Pedro da Silva. *Ônus processuais: limites à aplicação das consequências previstas para o seu não-cumprimento*. 2007. Tese (Doutorado em Direito Processual) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ESPAÑA. *Ley de enjuiciamiento civil*. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2000-323>. Acesso em 26.12.2017.

FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. Extinção do processo e mérito da causa. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (org.). *Doutrinas essenciais: processo civil*. v. 6. São Paulo: RT, 2011 p. 351–387.

_____. Revel não citado, ‘querela nullitatis’ e ação rescisória. *Revista de Processo*, n.48, 1987.

FAZZALARI, Elio. *Instituições de direito processual*. Trad. Elaine Nassif. Campinas: Bookseller, 2006.

FERREIRA, Luís Pinto. *Da resposta do réu*. São Paulo: Saraiva, 1986.

FERREIRA, William Santos. Situação jurídica no processo do adquirente de bem litigioso e dos herdeiros de sucessores no caso de falecimento da parte diante do novo Código Civil. In: DIDIER JR., Fredie. *Leituras complementares de processo civil*. 6ª ed. Salvador: Juspodivm, 2008.

FORNACIARI JR., Clito. Curador especial, revelia e julgamento antecipado da lide. In: *Revista de Processo*, n. 1, 1976.

FRANCE. *Code de procédure civile*. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070716>. Acesso em: 25.12.2017.

FREITAS, José Lebre de. *Introdução ao processo civil: conceitos e princípios gerais*. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

FREIRE, Homero. *Litisconsórcio necessário ativo*. Recife, s. ed., 1954.

FUZISHIMA, Ancilla Caetano Galeno. Uma abordagem crítica acerca da revelia no direito processual civil brasileiro. Dissertação [Mestrado em Direito]. Centro Universitário Toledo, Araçatuba, 2007.

GIANESINI, Rita. *Da revelia no processo civil brasileiro*. São Paulo: RT, 1977.

GIANNOZZI, Giancarlo. *La contumacia nel processo civile*. Milano: Giuffrè, 1963.

GOLDSCHMIDT, James. *Direito processual civil*. v. 2. Campinas: Bookseller, 2003.

GONZÁLEZ, Atilio Carlos. *Silencio y rebeldía en el proceso civil*. Buenos Aires: Astrea, 1979.

GRAU, Eros Roberto. Nota sobre a distinção entre obrigação, dever e ônus. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 77, p. 177-183, jan. 1982. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/66950/69560>. Acesso em 8.11.2017.

GRECO, Leonardo. *A teoria da ação no processo civil*. São Paulo: Dialética, 2003.

_____. Os atos de disposição processual: primeiras reflexões. In: *Revista Eletrônica de Direito Processual*. Rio de Janeiro. 1ª ed. out.-dez. 2007. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/23657/16714>. Acesso em: 19 jul. 2017.

_____. Publicismo e privatismo no processo civil. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (org.). *Doutrinas essenciais: processo civil*. v. I. São Paulo: RT, 2011, p. 1221-1254

GREGER, Reinhard. Cooperação como princípio processual. In: *Revista de Processo*. São Paulo: RT, v. 37, n. 206, abr. 2012, p. 123-134.

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; SALLES, Carlos Alberto de; *et al.* Conferência de Seoul 2014 Constituição e Processo - acesso efetivo à justiça: o direito de acesso à justiça e responsabilidades públicas. In: *Revista de Processo*, vol. 250, p. 17-31, dez. 2015.

ITALIA. *Codice di procedura civile*. Disponível em: <http://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:regio.decreto:1940-10-28;1443>. Acesso em 25.12.2017

LACERDA, Galeno. *Despacho saneador*. Porto Alegre, 1953.

LAMBAUER, Mathias. *Do litisconsórcio necessário*. São Paulo: Saraiva, 1982.

LEONARDO, César Augusto Luiz. *Contraditório, cooperação e lealdade processual*. [Dissertação de mestrado]. Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, São Paulo, 2013.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Causa de pedir e pedido: o direito superveniente*. São Paulo: Método, 2006.

LESSA, Pedro. *Do Poder Judiciário*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1915.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Efficacia ed autorità della sentenza*. Milano: Giuffrè, 1962.

_____. *Manuale di diritto processuale civile*. v. II. Milão: Giuffrè, 2002, 1968.

LIMONGI FRANÇA, Rubens. *Instituições de direito civil*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

LOPES, Maria Elizabeth de Castro. *O juiz e princípio dispositivo*. São Paulo: 2016.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Devido processo legal substancial. In: DIDIER JR., Fredie. *Leituras complementares de processo civil*. 6ª ed. Salvador: JusPodivm, 2008, p. 15-30.

_____. Garantia do tratamento paritário das partes. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério (coord.). *Garantias constitucionais do processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

MAGNA CARTA. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/magnacarta.html>. Acesso em: 11.12.2017.

_____. Disponível em: <https://www.bl.uk/magna-carta/articles/magna-carta-english-translation>. Acesso em 11.12.2017

MARCATO, Antonio Carlos. Algumas considerações sobre a crise da justiça. In: ZUFELATO, Camilo; YARSHEL, Flávio Luiz (org.). *40 anos da teoria geral do processo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Malheiros, 2013

_____. Extinção anormal do processo. In: *Revista de Processo*, v. 18, abr.-jun. 1980, p. 75-87.

MARCATO, Antonio Carlos (coord.). *Código de Processo Civil interpretado*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2005

MARINONI, Luiz Guilherme. Teoria geral do processo. v. 1. 6ª ed. São Paulo: RT, 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Código de Processo Civil comentado*. 3ª ed. São Paulo: RT, 2017.

MARQUES, José Frederico. *Ensaio sobre a jurisdição voluntária*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1959.

_____. *Manual de direito processual civil*. v. 2, 1ª parte, 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1976.

MARMELSTEIN, George. O asno de Buridano, o non liquet e as katchangas. Disponível em: <https://direitosfundamentais.net/2009/01/07/o-asno-de-buridano-o-non-liquet-e-as-katchangas/>. Acesso em: 18 nov. 2017

MARTINS, Pedro Batista. *Comentários ao Código de Processo Civil*. v. III. Rio de Janeiro: Forense, 1942.

MAZZEI, Rodrigo. A intervenção móvel da pessoa jurídica de direito público na ação popular e ação de improbidade administrativa (art. 6º, §3º, da LAP e art. 17, §3º, da LIA). In: *Revista Forense*, ano 104, v. 400, nov.-dez. 2008. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 227-254.

MEDEIROS, Maria Lúcia L. C. de. A revelia e a antecipação de tutela. *Revista de Processo*, n.113/88, jan.-fev. 2004.

_____. *A revelia sob o aspecto da instrumentalidade*. São Paulo: RT, 2003.

MEDINA, José Miguel Garcia; ARAÚJO, Fábio Caldas de. *Mandado de segurança individual e coletivo: comentários à Lei 12.016, de 7 de agosto de 2009*. São Paulo: RT, 2009.

MENEZES CORDEIRO, António Manuel da Rocha e. *Da boa fé no direito civil*. 4ª reimpressão. Coimbra: Almedina, 2011.

MESQUITA, Gil Ferreira de. *Princípios do contraditório e da ampla defesa no processo civil brasileiro*. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2003.

MITIDIERO, Daniel Francisco. *Colaboração no processo civil: pressupostos sociais, lógicos e éticos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Tomo II (arts. 154 a 269). São Paulo: Memória Jurídica, 2005

_____. _____. Tomo III (arts. 270 a 331). São Paulo: Memória Jurídica, 2005.

MOURA, Tatiana Whately de. Mapa da Defensoria Pública no Brasil. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: https://www.anadep.org.br/wtksite/mapa_da_defensoria_publica_no_brasil_impresso_.pdf.

MONIZ DE ARAGÃO, Egas Dirceu. *Comentários ao Código de Processo Civil*. v. II. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

MONTELEONE, Girolano. El actual debate sobre las 'orientaciones publicistas' del proceso civil. In: MONTERO AROCA, Juan (Coord.). *Proceso civil e ideología*. Valencia: Tirant to Blanch, 2006.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat Baron de la Brede e. L'esprit des lois. Londres: s.n., 1777. Disponível em: https://fr.wikisource.org/wiki/Livre:Montesquieu_Esprit_des_Lois_1777_Garnier_1.djvu. Acesso em: 28.11.2017.

MONNERAT, Carlos Fonseca; VERÍSSIMO, Marcos Neves. Primeiras impressões sobre o novo mandado de segurança: Lei 12.016/2009. In: *Revista de Processo*, v. 182, p. 215-233, abr. 2010. Disponível em: <http://www.revistadostribunais.com.br>. Acesso em: 09.03.2017.

MORETO, Mariana Capela Lombardi. Limites subjetivos da coisa julgada na sucessão, substituição processual e solidariedade. CRUZ E TUCCI, José Rogério; RODRIGUES, Walter Piva; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real (coord.). *Processo civil: homenagem a José Ignacio Botelho de Mesquita*. São Paulo: Quartier Latin, 2013, p. 145-171.

MURRAY, Peter L.; STÜRNER, Rolf. *German Civil Justice*. Carolina Academic Press, 2004.

NERY JR., Nelson. *Princípios do processo na Constituição Federal*. 9ª ed. São Paulo: RT, 2009.

NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil comentado*. 9ª Edição, São Paulo: RT, 2006

NEVES, Celso. *Estrutura fundamental do processo civil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Ações probatórias autônomas*. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. *Manual de direito processual civil: volume único*. 9ª ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro. A garantia do contraditório. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério (coord). *Garantias constitucionais do processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, 132-150.

_____. *Do formalismo no processo civil: proposta de um formalismo-valorativo*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. *O juiz e o princípio do contraditório*. In: Revista de Processo. São Paulo, v. 19, n. 73, p. 59-81, jan.-mar. 1994, p. 7-14.

_____. O processo civil na perspectiva dos direitos fundamentais. In: DIDIER JR., Fredie. *Leituras Complementares de Processo Civil*. 6ª ed. Salvador: JusPodvm, 2008, p. 229-240.

OLIVEIRA, Pedro Miranda de. *Recurso extraordinário e o requisito da repercussão geral*. São Paulo: RT, 2013.

ORDENAÇÕES AFONSINAS. Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1786. Disponível em: http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=80&acao=ver&pagina=114. Acesso em: 20.12.2016.

ORDENAÇÕES MANUELINAS. Ordenações do Senhor Rey D. Manuel. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1797. Disponível em: http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=91&acao=ver&pagina=2. Acesso em: 20.12.2016.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal: RECOPIADAS POR MANDADO Del-Rey D. Philippe I. 14ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Philomathico, 1870. Disponível em: http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=84&acao=ver&pagina=2. Acesso em: 20.12.2016.

PELUSO, Antonio Cezar. Exegese do art. 315 do Código de Processo Civil. In: *Revista de Processo*. v. 2, abr.-jun./1976, p. 241-246.

PEREIRA E SOUZA, Joaquim José Caetano. *Primeiras linhas sobre o processo civil: accommodadas ao fôro do Brasil até o anno de 1877 por Augusto Teixeira de Freitas*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1879.

PICÓ I JUNOY, Joan. *El derecho a la prueba en el proceso civil*. Barcelona: Bosh, 1986.

_____. *Las garantías constitucionales del processo*. Barcelona: Bosh, 2012.

PORTUGAL. Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.stj.pt/ficheiros/fpstjptlp/portugalcpcivilnovo.pdf>. Acesso em: 19.12.2017.

PRATA, Edson. *A revelia no direito brasileiro*. São Paulo: LEUD, 1981.

RAGONE, Álvaro Pérez; TORRES, Fernando Orellana. Radiografía de la rebeldía en el proceso civil: tópicos hacia una adecuada regulación en la nueva justicia civil. In: *Ius et Praxis*, ano 13, n. 2, p. 13-44.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rimoli Esteves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002

RICCI, Edoardo Flávio. Princípio do contraditório e questões que o juiz pode propor de ofício. In: FUX, Luiz; NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Processo e Constituição: estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira*. São Paulo: RT, 2006, p. 495-499.

RISPOLI, Arturo. *Il processo civile contumaciale*. Milano: Società Editrice Libreria, 1911.

ROCCO, Ugo. *Tratado de derecho procesal civil*. Buenos Aires, De Palma, 1972.

ROLAND, Jon. The Magna Carta. Disponível em: <http://www.constitution.org/eng/magnacar.htm>. Acesso em 04 mai. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução à sociologia da Administração da Justiça. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 21. nov. 1986, p. 11-44.

SANTOS, Silas Silva. *Litisconsórcio eventual, alternativo e sucessivo*. São Paulo: Atlas, 2013.

SANTOS FILHO, Orlando Venâncio dos. O ônus do pagamento dos honorários advocatícios e o princípio da causalidade. In: *Revista de informação legislativa*, v. 35, n. 137, p. 31-39, jan./mar. 1998. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/330>. Acesso em 05.11.2017.

SCHENK, Leonardo Faria. Comentário aos arts. 350 a 357, do CPC/2015. In: ALVIM, Angélica Arruda *et al* (coord.). *Comentários ao Código de Processo Civil: Lei n. 13.105/2015*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SCHREIBER, Anderson. *A proibição de comportamento contraditório: tutela da confiança e venire contra factum proprium*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Notas críticas ao sistema de pluralidade de partes no processo civil brasileiro. In: *Revista de Processo*, v. 200, p. 13-70, out. 2011.

_____. *O direito de defesa no processo civil brasileiro: estudo sobre a posição do réu*. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. *Preclusão processual civil*. São Paulo: Atlas, 2008.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Três velhos problemas do processo litisconsorcial à luz do CPC/2015. In: *Revista de Processo*, v. 256, p. 65-86, jun. 2016

_____. Velhos e novos institutos fundamentais do direito processual civil. In: ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz (org.). *40 anos da teoria geral do processo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Malheiros, 2013.

SILVA, Caíque Tomaz Leite da; RODRIGUES, Daniel Colnago. Comentários aos artigos 119 a 124. In: ALVIM, Angélica Arruda *et al* (coord.). *Comentários ao Código de Processo Civil: Lei n. 13.105/2015*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVEIRA, João José Custódio da. *O juiz e a condução equilibrada do processo*. São Paulo: RT, 2012.

SOUZA, Artur César de. *Contraditório e revelia: perspectivas dos efeitos da revelia em face da natureza dialética do processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

SOUZA, Gelson Amaro de. Da revelia. In: *Revista de Processo*, n. 80, 1995.

TALAMINI, Eduardo. Comentários aos artigos 312 a 317. In: ALVIM, Angélica Arruda *et al* (coord.). *Comentários ao Código de Processo Civil: Lei n. 13.105/2015*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

TESHEINER, José Maria. *Pressupostos processuais e nulidades no processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2000.

THEODORO JR., Humberto. Processo justo e boa-fé objetiva: repulsa aos atos contraditórios e desleais – venire contra factum proprium, suppressio, surrectio e tu quoque. In: ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz (org.). *40 anos da teoria geral do processo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Malheiros, 2013.

TUCCI, Rogério Lauria. *Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: RT, 2009.

_____. *Da contumácia no processo civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1964.

_____. *Do julgamento conforme o estado do processo*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

VACARELLA, Romano. *Inattività delle parti ed estinzione del processo di cognizione*. Napoli: Jovane, 1975.

WALD, Arnoldo. A nova lei do mandado de segurança (Lei 12.016, DE 07.08.2009). In: BARROSO, Luis Roberto; CLÈVE, Clèmerson Merlin. *Doutrinas Essenciais de Direito Constitucional*. v. 10, p. 1691-1711. São Paulo: RT, 2015.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim *et al*. *Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo*. São Paulo: RT, 2015.

WATANABE, Kazuo. Ação dúplice. In: *Revista de Processo*, v. 31, p. 138-143, jul.-set. 1983

WATANABE, Kazuo. Acesso à justiça e sociedade moderna. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido Rangel e WATANABE, Kazuo. *Participação e processo*. São Paulo: RT, 1998.

_____. Cultura da sentença e cultura da pacificação. In: YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide de. *Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: DPJ, 2005

_____. *Da cognição no processo civil*. 2.ed. São Paulo: Bookseller, 2000.

YARSHELL, Flávio Luiz. *Antecipação da prova sem o requisito da urgência e direito autônomo à prova*. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. *Tutela jurisdicional*. São Paulo: Atlas, 1999.